



XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da informação (XVII ENANCIB)

**GT 10 – Informação e Memória**

**O ACESSO À INFORMAÇÃO NA UFPB SOB O OLHAR E MEMÓRIAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**

***ACCESS TO INFORMATION IN UFPB UNDER THE EYES AND MEMORIES OF STUDENTS WITH DISABILITIES***

**Giulianne Monteiro Pereira<sup>1</sup>, Izabel França de Lima<sup>2</sup>**

**Modalidade da apresentação:** Comunicação Oral

**Resumo:** O presente artigo apresenta os resultados finais de pesquisa de Dissertação de Mestrado em Ciência da informação concluída em março de 2016, que tem como objetivo principal analisar o acesso à informação no âmbito da UFPB sob o olhar e memórias individuais/coletivas dos alunos com deficiência. Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório e descritivo, com abordagem do tipo qualitativa, utilizando-se da técnica de *shadowing* e do método de História Oral Temática para coletar os dados. Apresenta um breve contexto histórico da pessoa com deficiência, os conceitos de memória individual e coletiva, informação bem como seu acesso e uso como direito fundamental. A análise dos dados foi feita sob a perspectiva da análise de conteúdo temático, onde foram extraídas e separadas as narrativas por cada eixo. Nesse artigo, apresenta-se a análise do eixo “o acesso à informação na UFPB” a fim de cumprir o objetivo deste. Conclui-se que o acesso à informação é de suma importância para que os sujeitos possam se tornar indivíduos críticos e exigentes quanto à efetivação dos seus direitos como ainda para ter acesso ao conhecimento que lhe dá subsídios para galgar a tão sonhada formação.

**Palavras-chave:** Memória. Acesso à informação. Pessoa com deficiência. Inclusão social.

**Abstract:** This article presents the final results of Master's Thesis Research in Information Science completed in March 2016, which aims to analyze access to information under the UFPB under the gaze and individual / collective memories of students with disabilities. This is an exploratory research and descriptive, qualitative approach to the type, using the shadowing technique and thematic oral history method to collect data. Presents a brief historical context of the disabled person, the concepts of individual and collective memory, information as well as your access and use as a fundamental right. Data analysis was made from the perspective of content analysis, which were extracted and separated the narratives for each axis. In this article, we present the analysis of axis "access to

<sup>1</sup> Mestra em Ciência da informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da informação da Universidade Federal da Paraíba. Participa do grupo de pesquisa iMclusoS da Universidade Federal da Paraíba. Bibliotecária na Biblioteca Central da Universidade Estadual da Paraíba - Campus Campina Grande.

<sup>2</sup> Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais(2012), mestre em Educação (2007) especialista em Gestão de Unidades de Informação (2006), graduada em Biblioteconomia (1989) e em Administração (1999) pela Universidade Federal da Paraíba.

*information on UFPB" in order to fulfill the objective of this. It concludes that access to information is critical to enable the individuals to become critical and demanding individuals and the realization of their rights, but also to have access to knowledge that gives subsidies to climb the long awaited training.*

**Keywords:** *Memory. Access to information. Disabled person. Social inclusion.*

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo tem como objetivo apresentar um recorte dos resultados finais da pesquisa de mestrado na área de Ciência da informação (CI) intitulada “O acesso à informação na UFPB: memórias para lembrar direitos esquecidos” concluída no primeiro semestre do ano de 2016. A pesquisa original teve como objetivo principal analisar o acesso à informação na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) através do olhar e memórias individuais/coletivas dos alunos com deficiência da própria instituição.

Para atingir o objetivo proposto, procuramos responder a questionamentos, tais como: qual o papel da informação no processo de inclusão e permanência na Universidade e onde e como o aluno com deficiência exerce seu direito de acesso à informação no âmbito da UFPB.

Pautamo-nos na premissa de que o direito de **acesso à informação de forma igualitária** é estendido a todo cidadão bem como na premissa de que a informação é um fator facilitador da inclusão (GIL, 2006). Respeitando o lema “Nada sobre nós sem nós”, no intuito de que as pessoas com deficiência (PcD) devem ter a oportunidade de participar ativamente das decisões relativas a programas e políticas, inclusive aos que lhe dizem respeito de forma direta. (BRASIL, 2008).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em um censo demográfico realizado em 2010, aproximadamente  $\frac{1}{4}$  (um quarto) da população brasileira possui algum tipo de deficiência, representando 23,9% (vinte e três vírgula nove por cento), cerca de 45 (quarenta e cinco) milhões e 600 (seiscentas) pessoas, dentre os quais, 25,8 milhões são mulheres e 19,8 milhões são homens. (IBGE, 2014).

No âmbito da UFPB existem cerca de 1.334 (mil trezentos e trinta e quatro) alunos matriculados que declararam possuir alguma deficiência/necessidade especial, 1.000 (um mil) destes estão matriculados em algum curso do Campus I em João Pessoa – Paraíba. Dentre esses números, é necessário ressaltar que estão incluídos os usuários de óculos.

Percebendo-se já esta demanda significativa e considerando a natureza pública da instituição, o que torna obrigatório o atendimento e o cumprimento das especificações e normas do Governo/Ministério da Educação, indiscutivelmente não pode ser ignorada pela

gestão da Universidade, uma vez que todo e qualquer aluno ou servidor, deve gozar dos mesmos direitos e benefícios sem distinção.

Sustentando-se nas premissas, acredita-se que através do acesso à informação é que uma pessoa, independentemente de suas limitações, possibilitará à ela ampliar seu conhecimento acerca de seus direitos, proporcionando um ambiente à possibilidade de efetivação dos direitos como cidadão.

Logo, torna-se fundamental criar esforços para que, de fato, haja a inclusão dessas pessoas no meio em que vivem, proporcionando-os acesso, segurança e autonomia. No caso das Instituições de Ensino Superior (IES), procurando oferecer serviços, produtos e atendimento adequado às necessidades educacionais/informacionais de cada indivíduo.

Em vista das atuais e constantes inovações voltadas à inclusão social da PcD como também o papel de universalizador do conhecimento e do tripé em que a UFPB encontra-se apoiada - o ensino, a pesquisa e a extensão-, torna-se um momento ímpar a possibilidade de elencar, a partir das memórias desses alunos, os maiores desafios vividos por eles no cotidiano acadêmico, somando-se a isso proposições de serviços e condições que possam vir a atender as necessidades educacionais especiais (NEE) daqueles no cumprimento de suas obrigações técnico/científico/sociais.

## **2 TRANSFORMANDO NARRATIVAS EM MEMÓRIAS**

O registro da memória vem sendo um recurso de coleta de dados bastante utilizado, mais especificamente, nas pesquisas de abordagem qualitativa e quando atreladas ao método da história oral, torna-se parte fundamental do processo.

Le Goff (2003, p. 423) fala que,

No estudo histórico da memória histórica é necessário dar uma importância especial às diferenças entre sociedades de memória essencialmente oral e sociedades de memória essencialmente escrita, como também às fases de transição da oralidade à escrita a que Jack Goody chama “a domesticação do pensamento selvagem”.

As sociedades de memória oral são aquelas que antecedem a invenção da escrita, nelas o conhecimento era transmitido de forma oral por meio das narrações, os indivíduos dessa sociedade recorriam basicamente à memória biológica para conservar os saberes. A memória e a tradição eram inscritas e preservadas nas mentes dos indivíduos e assim repassadas por gerações (LE GOFF, 2003).

Com o advento da escrita, a memória dos indivíduos passava agora a ter a função de registrar esses dados em suportes da época e não mais precisar reter para preservar.

Para Atlan (1972, p. 461 apud LE GOFF, 2003, p.421),

A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para se interpor quer nos outros, quer nas bibliotecas. Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória.

Em uma breve consulta ao passado, percebe-se que numa época mais remota, a forma mais tradicional de registro era através da escrita, sendo estes de grande importância para a história da humanidade e suas relações. Atualmente, além da escrita e da oralidade, tem sido bastante utilizado as técnicas de captar imagens, sejam ela a partir de fotografias ou filmagens.

Utiliza-se aqui, o conceito de memória como

propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode utilizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (LE GOFF, 2003, p. 419)

Seguindo a perspectiva de Halbwachs (2006), a memória nos remete ao caráter psicológico, quando para lembrar-se de algo, é necessário que exista um ator e um acontecimento.

Para Le Goff (2003) e Halbwachs (2006), a memória pode ser individual ou coletiva. Para Halbwachs (2006) a memória individual não está isolada, ou seja, frequentemente toma como referência um ponto externo ao indivíduo. Para o teórico, o funcionamento da memória individual não é possível sem “as palavras, as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente.” (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Já a memória coletiva é pautada na continuidade e deve ser vista sempre no plural, isto é, engloba as memórias de um grupo, em que cada sujeito se identifica com essas. (HALBWACHS, 2006). Nesse contexto, entende-se que a memória coletiva valoriza as relações comunitárias e sociais de um determinado grupo, fazendo com que essas memórias tenham mais força e poder de reconhecimento de suas lembranças. Assim, “O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente a qual a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento.” (LE GOFF, 2003, p. 422)

Entretanto, percebe-se que há uma relação intrínseca entre a memória individual e a coletiva uma vez que não é possível recordar de lembranças de um determinado grupo com o qual a lembrança do sujeito não se identifica, ou seja, os testemunhos dos outros serão incapazes de reconstituir a lembrança (HALBWACHS, 2006).

Nessa perspectiva,

para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2006, p. 39)

De acordo com Halbwachs (2006, p.29) “recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação.”

Todavia, nossas lembranças podem ser lembradas por outras pessoas permanecendo coletivas, mesmo que se trate de eventos em que somente nós estivemos presentes e objetos vistos apenas por nós. (HALBWACHS, 2006). Nesse ínterim,

Uma ou mais pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso. (HALBWACHS, 2006, p. 31)

Não é necessário que haja um testemunho no sentido literal da palavra, para que um acontecimento, uma lembrança seja confirmada ou recordada e perpetue na memória de uma sociedade. Le Goff (2003, p. 469) diz que,

A evolução das sociedades, na segunda metade do século XX, elucida a importância do papel que a memória coletiva desempenha. [...] A memória é um elemento essencial do que se costuma identificar, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.

Conclui falando que,

[...] a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela

denominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.  
(LE GOFF, 2003, p. 470)

Nesse contexto, utilizamos a técnica da história oral para coletar e registrar as memórias e através das narrativas dos sujeitos participantes desta pesquisa, analisar e conhecer a sua trajetória acadêmica na UFPB.

### **3 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O ACESSO À INFORMAÇÃO**

A história da pessoa com deficiência é marcada por muitos desafios, sendo um dos mais constantes o preconceito. No decorrer dos anos, é possível observar uma história com muitos episódios de lutas sociais travadas que tinha como propósito maior o exercício de cidadania.

As relações humanas são historicamente registradas por obras de romance e pelos registros históricos da humanidade, entretanto, percebe-se uma imensa lacuna, no tocante aos registros com objetividade que envolvam fatos ou obras sobre o cotidiano ou até mesmo estudos que tivessem como objeto a pessoa com deficiência.

Na Antiguidade, Aranha (2005) esclarece que a organização sociopolítica e econômica se baseava exclusivamente na produção agrícola e se fundamentava no poder absoluto, onde a nobreza usufruía da produção do *populacho*, que eram considerados sub-humanos.

Nesse contexto, a pessoa “com limitações funcionais e necessidades diferenciadas, era praticamente exterminada por meio do abandono, o que não representava um problema de natureza ética ou moral.” (ARANHA, 2005, p.7)

Do Século XVI em diante, talvez pelo fato do avanço das ciências médicas e sociais ou simplesmente pela humanização da visão social, percebe-se uma mudança na forma em que a deficiência é tratada na literatura.

A partir do século XX surgem avanços importantes para as pessoas com deficiência, sobretudo, em relação às tecnologias assistivas/ajudas técnicas, onde os instrumentos/recursos que já vinham sendo utilizados durante anos, como a cadeira de rodas, as bengalas, sistema de ensino inclusivo, dentre outros foram se aperfeiçoando (GUGEL, 2011).

E ainda no Século XX,

[...] os indivíduos com deficiência começaram a ser considerados cidadãos com seus direitos e deveres de participação na sociedade[...] com o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, iniciam-se os primeiros movimentos organizados por familiares desses indivíduos. Esses movimentos eram norteados pelas críticas e a discriminação.  
(FERNANDES; SCHLESENER; MOSQUERA, 2011, p. 139)

O que se verifica então é que, desde o Século XX, o cenário de como a pessoa com deficiência era vista e tratada vem mudando de forma positiva, talvez de forma um pouco lenta, entretanto a Sociedade tem aceitado e respeitado cada vez mais a pessoa com deficiência como ‘ser atuante’ e que pode contribuir e muito para o desenvolvimento daquela.

Muitos foram e são os desafios enfrentados, principalmente no tocante ao preconceito e ao estigma de que a pessoa com deficiência era um ‘fardo’, como visto, um grande problema. Contudo, mesmo com todos os avanços, as políticas de inclusão e acessibilidade, projetos e etc., outros desafios permanecem, dentre eles está o de acesso à informação.

Para poder compreender o acesso à informação, é pertinente refletir sobre o ‘que é’ e ‘o que se quer ter acesso, como ainda sobre ‘o quê, afinal, se pretende ter acesso’.

“Responder a pergunta ‘o que é e para que serve a informação?’ é, hoje, um grande desafio, na medida em que o termo se veste de grande amplitude e pertence a um universo de múltiplos conceitos referentes às diversas áreas do conhecimento”. (LIMA; SANTOS; LLARENA, 2014, p.13)

Nessa perspectiva, “o conceito de informação pode ser analisado de vários pontos de vista: seu conteúdo, o que é a informação em geral, como se produz, como circula e de que parte dela se ocupa a biblioteca.” (CASTRILLÓN, 2011, p. 73)

Frente a esses pensamentos compreende-se que, para o termo informação, existem várias áreas do conhecimento que empregam as mais diversas possibilidades de utilização do termo e, conseqüentemente, com designações conceituais aplicáveis às conveniências que a sua área permita na construção do conceito.

Para Capurro e Hjørland, a noção universal de informação seria o de “qualquer coisa que é de importância na resposta a uma questão.” (BATESON, 1972 apud CAPURRO. HJORLAND, 2007). Na prática, a informação deve ser definida em relação às necessidades dos grupos-alvo servidos pelos especialistas, não de modo universal ou individualista, mas de modo coletivo ou particular.

Para Le Coadic (1996, p. 5), a informação é um objeto do conhecimento de um indivíduo,

[...] é um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. Essa inscrição é feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação.

Para corroborar, Lima, Santos e Llarena (2014, p 20) dizem que “só é informação o que de fato, reduz incertezas ou o que conduz à compreensão, até porque inexistência de uniformidade entre os indivíduos: o que é informação, para alguém, pode ser mero dado para outrem.”.

Dessa forma, percebemos que o emprego da palavra informação vai além das estruturas científicas e da observação de seu uso, ficando a utilização ou até mesmo a escolha de seu conceito condicionada à área do conhecimento em que será aplicada.

O conceito de informação que utilizamos se encaixa no paradigma cognitivo, pelo fato de investigar como é apreendida a informação que os alunos com deficiência recebem em sala de aula, seja a partir dos professores ou de grupos de estudos, quando com essa informação ele poderá dar segmento e concluir o seu curso.

Optamos por essa perspectiva do paradigma social, por acreditarmos que a informação pode facilitar a inclusão do aluno com deficiência no ambiente no qual ele está inserido, no caso deste trabalho, no contexto da Universidade Federal da Paraíba.

Castrillón (2011, p. 73) explica que,

De maneira arbitrária, e em função do meio e do público que ela atende, poderíamos classificar a informação que a sociedade produz em três grandes grupos. [...] No primeiro grupo, podemos localizar a informação científica e técnica, que se produz e circula em meios acadêmicos, científicos e industriais. No segundo, a informação que, em geral, se apresenta na forma de dados e serve ao cidadão de maneira individual e utilitária, a fim de que ele se insira na sociedade, faça uso do que a comunidade lhe oferece, exerça seus direitos e cumpra seus deveres. Dessa informação se ocupam as bibliotecas públicas e outros centros de informação. Por último, um terceiro grupo seria constituído pelas notícias de todos os gêneros, incluídas as científicas e técnicas, assim como as econômicas, culturais, sociais e, especialmente, os fatos diários que são elevados à categoria de notícia [...]. Essa informação circula em mídias como a televisão, o rádio, as mídias digitais e a imprensa escrita [...].

As Instituições de Ensino Superior notoriamente possuem de modo oficial pelo menos três tipos de informações distintas, disponíveis a sua comunidade acadêmica, sendo a biblioteca ou rede de bibliotecas, a responsável pela disseminação do primeiro tipo de informação, as técnico-científicas.

O segundo tipo de informação se dá pela apresentação do conteúdo nos ambientes acadêmicos pelos professores, sejam estes de forma presencial ou nos cursos ofertados nas modalidades à distância, conhecidos popularmente como EAD, ou seja, o conteúdo informacional que os professores transmitem em sala de aula. E ainda aquela informação que

é transmitida entre os alunos nos corredores, nos grupos de estudo, etc., daí deriva-se a importância da comunicação nos ambientes acadêmicos.

E, por fim, as informações veiculadas pela Instituição sobre seus serviços, setores, direitos e deveres dentro da Universidade.

Dessa forma, as fontes de informações acadêmicas estão disponíveis de maneira passiva e ativa, respectivamente, quando uma é estática (dependendo apenas do interesse do discente para ser consultada) e a outra se comportando de forma dinâmica, permitindo um dinamismo maior entre discente e fonte de informação.

O acesso à informação como um direito fundamental vem sendo discutido e reconhecido por vários organismos internacionais como, por exemplo, a Organização das nações unidas (ONU).

Se até meados dos anos 1990, a preocupação primária era tornar o acesso à informação um direito (e esse já se tornou um), surge com o passar do tempo outras questões a se preocupar, por exemplo, como seria possível acessar, se as informações estariam realmente disponíveis, a qualidades dessas informações e o principal: se esse direito vem sendo, de fato, assegurado.

Nesse aspecto, foram surgindo instrumentos normativos cada vez mais completos, específicos e que buscam se adequar ao contexto da época, como é o caso da Lei nº 12.527/2011 conhecida como a Lei de Acesso à Informação (LAI) que regula o acesso à informação previsto no inciso XXXVI do artigo 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal de 1988. (BRASIL, 2011, p. 1) e propõe outras iniciativas.

Recentemente foi aprovada a Lei nº 13.146 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência, conhecida como “Estatuto da Pessoa com deficiência”. Essa lei tem o objetivo de assegurar e promover em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais pela pessoa com deficiência, objetivando a inclusão social e a cidadania. (BRASIL, 2015)

É válido ressaltar, que o Acesso à informação corresponde a um dos capítulos da Lei, sendo o “Capítulo 2: Do Acesso à informação e à comunicação”, onde são expostos todos os direitos com relação a esse acesso.

#### **4 “O CAMINHO DAS PEDRAS”**

Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa na perspectiva de Minayo (2010).

Inicialmente fora realizado o levantamento bibliográfico e documental, em dissertações, artigos de periódicos, livros, documentos normativos, etc, a respeito das temáticas: pessoa com deficiência, acesso à informação, memória coletiva, inclusão social. Esse levantamento se tornou importante para que pudéssemos compreender um pouco da história e dos desafios das PcD, focando principalmente no acesso à informação.

O segundo passo foi o levantamento dos dados de identificação dos sujeitos dessa pesquisa e a identificação de políticas, setores, serviços dentro da UFPB disponibilizados aos alunos com deficiência. Esse levantamento fora realizado principalmente em banco de informações da Universidade e dos documentos legais/normativos.

Escolhemos trabalhar com a abordagem qualitativa na perspectiva de compreender melhor os fenômenos humanos, entendidos por Minayo (2010) como parte de uma realidade social, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis quantificáveis.

O ambiente escolhido para a pesquisa foi o Campus I da Universidade Federal da Paraíba e os doadores de memórias foram alunos com deficiência da referida Universidade. Foram entrevistados alunos que possuem alguma deficiência e matriculados em algum curso presencial da UFPB dispostos a participar voluntariamente da pesquisa.

No Campus de João Pessoa existem atualmente 23.657 (vinte e três mil, seiscentos e cinquenta) alunos matriculados, quando 1.000 (mil) alunos matriculados declararam possuir alguma deficiência ou necessidade especial, incluindo os declarantes que acusam apenas serem usuários de óculos. Ao retirar da estatística os alunos que são apenas usuários de óculos, esse número cai para aproximadamente 288 (duzentos e oitenta e oito) alunos com deficiência (visual, auditiva, visão subnormal e física). (UFPB-STI, 2016).

Participaram da pesquisa, 03 (três) alunos com deficiência visual - *Kelly, Fabrícia e Robson*, 01 (um) com deficiência auditiva - *Hozana*, 01 (um) com deficiência física (Deficiência motora de origem cerebral – DMOC) – *Paulo* e 01 (um) aluno com deficiência física (paraplegia) – *Rafael*<sup>3</sup>.

Para coleta dos dados, escolhemos a técnica da pesquisa de *shadowing* (acompanhamento) e o método da História Oral Temática.

McDonald (2005), explica que *shadowing* consiste em uma técnica de pesquisa em que o pesquisador acompanha de perto um indivíduo/sujeito/grupo de uma

---

<sup>3</sup> Ressaltamos que os participantes autorizaram a utilização do nome real para fins de publicação dos resultados do trabalho na dissertação e em artigos/conferências da área.

organização/instituição por um determinado período de tempo que pode ser compreendido de um único dia até um mês.

Escolhemos aliar a técnica de *shadowing* ao da História Oral Temática por acreditar que por meio da vivência/do “sentir na pele” e da observação, facilitaria o entendimento do contexto no qual esses alunos vivem em seu cotidiano na UFPB.

Utilizou-se a História oral temática que, de acordo com Meihy e Holanda (2011), se fundamenta na escolha de perguntas que se refiram a um determinado tema e tem maior proximidade às entrevistas tradicionais, porém diferencia-se na apresentação de um conjunto de procedimentos das etapas.

Meihy e Holanda (2011) definem a História Oral como a história do tempo presente que pode ser reconhecida como a história viva, um método que trabalha com a fonte oral e como resultado final do trabalho, transformando-se em documento oral produzido e analisado por determinado conjunto de procedimentos.

Optou-se por utilizar esse método, já que após uma pesquisa exploratória observou-se que o método tem sido bastante utilizado com êxito nas pesquisas que envolve a problematização de questões sociais contemporâneas existentes nos âmbitos educacionais. Compreendendo esses âmbitos educacionais além de suas estruturas físicas, incluindo a compreensão de que são espaços de interação social e cultural, constituído de relações humanizadas onde são compartilhados os diálogos, conflitos, etc.

Após definição de tema, justificativa, a escolha da comunidade e a definição dos colaboradores, foi feita a observação obedecendo a técnica de *shadowing* (acompanhamento) quando foram realizadas observações em um “Caderno de campo”. Também foi feito o acompanhamento dos alunos em sala de aula também de suas atividades interpessoais dentro do âmbito da UFPB.

O acompanhamento foi feito desde a chegada do aluno a Universidade até o término da aula ou de outra atividade. Em seguida, após a observação, em algum dia de escolha do entrevistado ou no caso do entrevistado ter tempo livre eram feitas as entrevistas, inclusive no mesmo dia da observação.

As entrevistas ocorreram no período de fevereiro a março de 2016. A escolha das datas obedeceu ao calendário acadêmico, visto que o período inicialmente escolhido fora inviabilizado devido a greve que ocorreu no ano de 2015.

O processo de acompanhamento fora realizado de forma individual com o auxílio de um caderno de anotações. As entrevistas também foram realizadas de forma individual, deixando o entrevistado à vontade sobre a presença de outras pessoas, como ainda

apresentando-o toda documentação necessária para garantir a segurança dos dados que seriam coletados bem como os seus direitos assegurados.

Foi utilizado aparelho gravador de áudio e uma câmera fotográfica/filmadora, com o consentimento dos entrevistados. Os mesmos também foram convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os locais para realização das entrevistas foram escolhidos em comum acordo com os entrevistados. Estes foram informados que poderiam desistir a qualquer momento, sem qualquer tipo de represália, sendo garantido ainda que a publicação da entrevista só acontecesse mediante a assinatura da carta de cessão.

As entrevistas realizadas para este trabalho foram de caráter temático, com foco no acesso à informação no âmbito da Universidade Federal da Paraíba. Todavia, no decorrer de algumas entrevistas, percebemos que os entrevistados sentiram a necessidade de falar um pouco de suas experiências, trajetória de vida, acadêmica. Em alguns momentos os sentimentos afloraram: momentos de fortes emoções, sorrisos, silêncios nitidamente emotivos, pausas para reflexão foram captadas, esses sentimentos contextualizam passados de grandes lutas e desafios constantes.

Após a entrevista, foram esclarecidos presencialmente como ainda através de aplicativos de mensagens instantâneas ou e-mails, explicando alguns processos quanto às transcrições das entrevistas, as quais foram enviadas na íntegra.

For transcrito tudo o que foi dito, sem modificações, incluindo ainda os vícios de linguagem em todas as narrativas, tendo sido registradas as narrativas sem edições.

Após o término das transcrições foi feita a textualização, processo no qual foram retirados alguns vícios de linguagem, palavras ou expressões repetidas, erros de concordância foram corrigidos, palavras suprimidas e eliminadas as perguntas. Nessa fase foi escolhido o tom vital da entrevista, constitui uma frase, uma passagem da entrevista que serve como um guia para a leitura, posta como introdução da história de vida (MEIHY; HOLANDA, 2011)

Em seguida, ao finalizar a fase da textualização, partimos para a transcrição, quando foi feita a adaptação do texto falado para o contexto da escrita. Nessa etapa, de acordo com Meihy (1998, p. 66), a transcrição “se compromete a ser um texto recriado em sua plenitude.”

Nessa etapa é possível substituir palavras, gerar palavras ou frases não faladas, sem fugir do que foi dito nas entrevistas.

Ao final foi feita a conferência e ao entrevistado foi assegurado o direito de realizar correções ou alterações que lhe conviessem, podendo adicionar informações ou vetar alguma

já transcrita. Ao final da conferência, tendo o entrevistado concordado com tudo escrito, o mesmo assinava a carta de cessão, tornando-se um instrumento que valida a legalidade do uso da entrevista. Nesse momento foram perguntados se concordavam em manter o nome civil nas entrevistas, todos os participantes autorizaram.

Quanto à análise dos dados empíricos, foi utilizada “análise de conteúdo temática” na perspectiva de Minayo (2010), essa análise é dividida em três etapas, a saber: Pré-análise, Exploração do material e Tratamento dos resultados/interferência/interpretação.

A análise dos dados foi realizada tendo por base as memórias individuais e coletivas dos alunos entrevistados. Foram extraídos os seguintes eixos: O caminho até a educação; A pessoa com deficiência vai para Universidade; UFPB: vivendo com as dificuldades e superando os desafios; O acesso à informação na UFPB; O papel da informação; Pontos para inclusão; Lembranças que deixaram marcas.

Para cada categoria foi iniciada uma discussão e reflexão a respeito do tema que cada um aborda, com o auxílio do referencial teórico e comparando com as narrativas dos entrevistados. Nesse artigo em específico, o recorte apresentar a análise do eixo “O acesso à informação na UFPB”, de onde foram extraídas as narrativas que relatam as experiências de busca, acesso e uso da informação dentro do âmbito da UFPB.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Como vimos o acesso à informação é um direito assegurado a todas as pessoas pela Constituição Federal 1988, pela Lei nº 13.146/2015, sendo de suma importância para o desenvolvimento individual e acadêmico de cada aluno.

A partir das narrativas, constatou-se onde e como os alunos buscam e conseguem as informações que eles precisam para fazer um trabalho, pesquisa, etc. Percebeu-se uma grande recorrência ao uso da internet para buscar e acessar informações, também que alguns professores já suprem essa questão da informação enviando o conteúdo por e-mail, como podemos perceber a partir das narrativas a seguir.

*Geralmente a gente tenta na internet por conta dessa facilidade de acesso [...] minha amiga, que é minha aluna apoiadora, ela tenta, assim que a gente sai da sala, pesquisar na Internet, ela revira tudo pra ver se ela consegue achar na Internet para facilitar já a minha leitura. [...] quando um professor passa algum trabalho ou conteúdo, alguém me passa o material ou nós pesquisamos. (Fabrícia)*  
*Geralmente eu busco informações ou faço pesquisa na maioria das vezes na internet mesmo, a internet oferece muita coisa boa pra gente [...] (Robson)*  
*Quando preciso, faço pesquisas utilizando o Google e quando o professor direciona um site específico, aí eu vou por ele. [...] os professores estão mandando tudo digitalizado pra o meu e-mail ou para o e-mail da turma, então fica melhor pra mim*

*pois tenho facilidade para mexer no computador. E os colegas também me ajudam em relação a isso. (Paulo)*

*Quando um professor passa algum trabalho ou pesquisa para fazer, ele já sabe que tem uma aluna surda, então ele passa, ele me ajuda, ele por exemplo: Tem uma atividade mas não tem o livro, então, o professor procura na Internet, aí ele pede meu e-mail e manda pra mim, direto. Porque ele já sabe que é mais difícil para o aluno surdo o acesso à informação, então, aí ele já me ajuda, me dá esse apoio. (Hozana)*

*Quando um professor passa um trabalho, uma pesquisa de um material, eu sempre busco outros meios, principalmente a Internet. (Rafael)*

*Quando um professor passa um trabalho ou conteúdo para pesquisar, geralmente, às vezes quando o professor manda para o e-mail, que não é acessível pra gente acessar no computador. A gente encaminha pro Núcleo de Educação Especial (NEDESP), eles convertem para outro formato, aí tem como a gente ter essa possibilidade de ter acesso a esse material, tanto pelo computador como em Braile. (Kelly)*

A internet tem facilitado muito o acesso às informações, principalmente com a existência de padrões de “web acessível” apresentando um leque de tecnologias assistivas que auxiliam nesse acesso.

Entretanto, ressaltamos o papel da biblioteca Universitária é muito importante, o de disseminadora da informação e do conhecimento. Dessa forma, fez-se necessário perguntar aos sujeitos, se eles utilizam ou já utilizaram os serviços informacionais das bibliotecas da UFPB com o objetivo de conseguir as informações técnico-científicas necessárias. E eles falaram o seguinte,

*Utilizo a Biblioteca Central que fica próximo ao RU (Restaurante Universitário) por ela ser maior, acredito que tenho mais possibilidade de encontrar o conteúdo, pelo menos pra mim. Porém, raramente eu vou ao acervo, normalmente eu vou no computador, busco e meus acompanhantes vão pegar. (Paulo)*

*Frequento a Biblioteca do CCJ [Centro de Ciências Jurídicas] e já fui algumas vezes na Biblioteca Central, mas foram poucas vezes. (Rafael)*

*[...] eu vou ser bem sincera, a única vez que eu fui lá, foi no primeiro período, porque eram conteúdos voltados para a história, então tinha na biblioteca. Mas, a partir do momento que começou o segundo período, coisas mais específicas de cada teoria, aí a gente não ia porque dava viagem perdida, não tem. (Fabrícia)*

*[...] quando é pra pesquisar fisicamente mesmo, busco na biblioteca setorial [CCJ] A Biblioteca Central eu só utilizo quando eu não consigo na setorial mesmo. (Robson)*

*Eu utilizo a biblioteca para procurar o material, eu me antecipo procurando as coisas, por exemplo, eu colocar uma disciplina, sistemas da informação, então eu procuro primeiro a bibliografia, os livros. Pergunto ao professor na biblioteca quais são os livros que ele vai usar?, aí o professor me manda por e-mail em PDF e aí já manda tudo pronto. Porque se eu for lá na biblioteca, como é que vai ser? Eu vou chamar quem? E ninguém lá sabe LIBRAS. (Hozana)*

Assim, a maioria utiliza ou já utilizou os serviços das bibliotecas da UFPB, entretanto se percebe um baixo nível de satisfação com os serviços por elas ofertados. Algumas queixas são com relação ao acervo informacional e com relação à acessibilidade.

*[...] a biblioteca não é atualizada minimamente. (Fabrícia)*

*Quando vou à biblioteca que o livro está numa estante mais alta eu peço auxílio dos auxiliares ou do bibliotecário. Mas se eles tivessem algum auxílio onde eu pudesse pegar o livro sozinho eu acharia melhor, até porque é muito chato ficar fazendo barulho numa biblioteca, eu detesto, ficar chamando as pessoas. (Rafael)*

*Quando vou lá na biblioteca eu mesma tenho que ir direto nas estantes buscar o livro por que sinto dificuldade de me comunicar, então, eu preciso ir procurando, lá na estante, e é complicado. (Hozana)*

Fato interessante de observar e comentar, é essa questão da comunicação do aluno surdo com os funcionários da biblioteca, visto que Pereira (2013) constatou que os bibliotecários e outros funcionários das bibliotecas, mesmo tendo feito uma capacitação em LIBRAS não se consideravam preparados para atender ao usuário com deficiência auditiva (PEREIRA, 2013). Logo, percebe-se que em 2016, plena contemporaneidade, após terem passado aproximadamente 03 anos, esse problema ainda persiste.

Outra observação é a respeito da importância que o Núcleo de Educação Especial (NEDESP) da UFPB tem no processo de acesso à informação, uma vez que o aluno com deficiência visual ou tem acesso às informações digitais ou impressas traduzidas para o braille, o papel do NEDESP nesse processo torna-se indispensável para que os alunos possam ter acesso às informações técnico-científicas. Através das narrativas, podemos observar essa importância:

*A Biblioteca Central eu nunca utilizei o setor braille de lá, [...] muito por causa daqui do NEDESP, da facilidade do acesso mesmo. Porque até para a gente ir pra biblioteca central é uma dificuldade. (Fabrícia)*

*[...]a transcrição, por exemplo, se precisar transcrever alguma coisa, aí que a gente traz para o NEDESP. Se não, se for seminário mesmo, é oral, é estudar, estudar, estudar e expor em sala de aula. Mas não utilizo o serviço de transcrição para braille da Biblioteca Central, só aqui no NEDESP mesmo. (Robson)*

*Já ouvi falar no setor Braille da Biblioteca Central, mas ainda não sei onde é. Então por enquanto o único serviço que estou utilizando é o do NEDESP [...]. (Kelly)*

Partindo da leitura dessas narrativas, evidencia-se ainda o não uso do setor braille da Biblioteca Central. Um dos sujeitos explica que a não utilização deve-se à dificuldade do acesso até a biblioteca central.

Outro fator importante nesse processo de acesso à informação é a presença e auxílio do aluno apoiador. Como podemos verificar através desses relatos.

*Quando não encontro, aí eu chamo o apoiador, porque o apoiador já sabe, já conhece onde estão os livros que eu quero. (Hozana)*

*[...] aí o aluno apoiador tem esse objetivo também de facilitar o acesso do deficiente a esse conteúdo. Mas o aluno apoiador só faz essa busca se eu não conseguir. Daí o restante é conosco [...]* **(Robson)**

Verificou-se ainda se existem dificuldades em ter acesso à informação dentro da UFPB, como também de não conseguir um material importante e ainda o que a falta desse material acarretou a esses alunos.

*Com relação ao acesso à informação, essa questão da leitura e tudo mais é um sofrimento geral, o povo de psicologia inteiro, é muito difícil de se conseguir acesso aos livros, se não for através de xerox, muita xerox ou então através de professor que já tem o livro escaneado, ou professor emprestar o livro para tirarmos xerox, por que se não for assim, não vai. [...] O que dificulta muito a minha vida, é que mesmo que eu queira tirar xerox do semestre inteiro, eu não vou ter aquilo na hora certa que o professor quer. Então eu tive que dizer: - Calma professor, paciência, eu não pude ler o seu. [...] Eu sempre era um pouquinho mais atrasada que os outros por causa dessa dificuldade, mas por outro lado essa questão da dificuldade de acesso era muito grande e ainda é acho que é pra todo mundo mesmo. **(Fabrícia)** [...] quando eu não consigo eu me sinto desesperado. E às vezes acontece. Aí tem que pedir ajuda aos colegas, ver quem conseguiu. **(Rafael)** Logo no início já aconteceu de eu não conseguir um material para estudar, o meu professor de metodologia ele passou um texto pra gente ler, só que ele [...] tirou uma foto do livro e mandou por e-mail, só que eu mandei pra cá [NEDESP] e eles falaram que como estava muito rabiscado não tinha como converter, por que quando fosse converter de todo jeito não ia dar para conseguir ler, aí ia ter que pegar o original [...]. Nisso prejudicou bastante assim, por uma parte por que todo mundo estava com o seu material, já sabiam o quê que o professor estava falando em sala de aula e eu praticamente estava viajando. E eu me senti meio perdida, na sala de aula, por que todo mundo já sabia o que o professor estava falando ali e eu praticamente voando. **(Kelly)** Já aconteceram várias vezes de eu não conseguir um determinado material a tempo para estudar para uma prova, o sentimento é horrível, você fazer algo no escuro mesmo, dá um tiro no escuro sem saber no que vai acertar. Você fazer uma prova sabendo que não teve condições de estudar nada por falta do acesso daquele conteúdo então torna muito difícil. **(Robson)** [...] dificuldade pro aluno surdo é maior. [...] Então sabe que precisa de um tempo maior para fazer um projeto, para procurar informações próprias da informática, então precisa de mais tempo, muitas vezes para estudar. Então tem professor que me ajuda muito. **(Hozana)***

Em várias situações, vários dos entrevistados relataram o fato de já ter ocorrido de não ter conseguido o material a tempo para estudar para uma avaliação, por exemplo, chegando a prejudicar à qualidade de sua aprendizagem e ainda da própria avaliação. Chama-se atenção no caso dos alunos com deficiência visual, muitos deles já foram prejudicados por falta de tempo para conversão do material necessário para o estudo para o braile ou que pudesse converter o texto em áudio a tempo, muitos deles tendo que procurar outras formas de ter acesso ao material para que não se prejudicassem tanto. Dependendo, por vezes, do bom senso e da compreensão dos professores quanto à dificuldade desse acesso.

Sobre o acesso a esse tipo de informação, a Lei nº13.146/2015 determina que,

Art. 68. O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação. (BRASIL, 2015, s.p.)

Entretanto, outras dificuldades com relação ao acesso à informação, desde a questão do acesso a todo o tipo de informação até os serviços, os deveres, os direitos desses alunos, incluindo-se a informação no site da UFPB, também foram percebidos através das narrativas.

*No começo eu tive muitos desafios, eu não sabia de nada ... eu não sabia nem que existia biblioteca, por exemplo. Eu não conhecia X, aí depois quando eu conheci ela, ela chamou uma pessoa para me mostrar tudo, toda a universidade, ela chamou alguém para me conhecer, até para eu saber meus direitos o que eu podia conseguir, mas não tinha nada de acessibilidade, por exemplo, intérprete, não tinha informações sobre coisas básicas assim, não tinha. (Hozana)*  
*[...] relação a outros desafios, o site da Universidade, eu particularmente não consigo mexer no site da Universidade, [...] é muito inacessível. (Kelly)*  
*[...] matrícula por exemplo, que é pelo SIGAA, não consigo fazer, é muito ruim a acessibilidade do site da UFPB [...] Para ter acesso ao site da biblioteca ou da UFPB sozinha, não consigo! não rola! Até já tentei. Não dá, é você tentar bater cabeça ali e se estressar, por que não dá. (Fabrícia)*

O acesso à informação sobre esses serviços, deveres e direitos do aluno são de suma importância para que o estudante possa ter conhecimento sobre os seus direitos institucionais e possam cobrar das entidades competentes.

Sobre o acesso à informação, à luz da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1990, p. 2), no artigo 5, item 14 a informação é assegurada a todo cidadão.

Sobre o direito de acesso à informação nos sites, a Lei 13.146/2015 fala que,

Art. 63. É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente. (BRASIL, 2015, s.p.)

Portanto, percebe-se mais um direito fundamental sendo negligenciado pela Universidade. É preciso rever essas condições e adotar medidas para tornar as informações mais acessíveis e que os alunos possam de forma autônoma acessar essa informação, sem a

necessidade de ajuda de outrem, seguindo os princípios dos conceitos de acessibilidade e inclusão.

Verifica-se então que o acesso à informação ainda se dá de forma muito dificultada na UFPB, sendo necessárias ações que viabilizem de fato esse acesso pleno, preferencialmente de forma autônoma, pois nem sempre o estudante pode contar com o auxílio de alguém/algo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que a presença de pessoas com deficiência no âmbito da UFPB já constitui uma demanda significativa que precisa ter seus anseios atendidos pela Instituição. Essa presença pode ser notada em quase todos os cursos da UFPB, Campus I em João Pessoa, contudo, acredita-se que pela atual demanda, a presença de PcD seja real em todos os *campi*.

Ainda que de forma tímida, mas positiva, a PcD vem conseguindo se envolver e garantir seu espaço de direito na Sociedade em que vive, mesmo ainda com muitos desafios, quando percebe-se esse sujeito como o principal protagonista de sua própria história.

Também é notório que a PcD tem conseguido não ser inserido, mas **inserir-se** no meio em que vive, sem depender totalmente das pessoas ou das autoridades competentes.

Outrossim, percebe-se que o processo de inclusão deve ter a percepção também do sujeito, ele precisa sentir-se incluído. Não basta apenas serem oferecidos recursos tecnológicos ou disponibilizados meios para que eles possam participar da sociedade, a inclusão precisa ser internalizada e externalizada.

Observou-se uma vasta quantidade de instrumentos legais e normativos que buscam garantir os direitos dessa parcela da sociedade que não possuem uma aplicação prática.

Identificamos na UFPB setores, serviços, políticas e outros recursos que auxiliam a permanência desse aluno na Universidade, sendo de extrema necessidade e importância. Contudo, percebeu-se que nem todos apresentam níveis de satisfação ou de usabilidade junto aos seus usuários, como é o caso do setor Braile da Biblioteca Central. A partir das memórias individuais e coletivas foi possível observar a eficiência, satisfação e relevância de cada um na prestação do serviço, auxiliando, ou não, na permanência e conclusão do curso.

Com as narrativas, percebemos que a situação do estudante com deficiência na UFPB, em um passado não muito distante, consistia em uma situação de verdadeira lástima e abandono, contudo, observa-se que ações de promoção à inclusão, permanência e oferta de recursos que permitam a conclusão do curso vêm sendo adotadas muito recentemente, se considerarmos o tempo de existência da UFPB.

No tocante à acessibilidade, o Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB tem cumprido seu papel em oferecer assistência e promover a possibilidade desses alunos concluírem seu curso. Contudo, apesar da UFPB ter avançado muito com relação à acessibilidade, principalmente se compararmos com resultados de pesquisas realizadas nos últimos 04 anos, ainda existem várias dificuldades que estão sendo enfrentados diariamente por esses alunos, se fazendo necessário a solução desses problemas.

Com relação ao acesso às informações técnico-científicas, ou seja, aquelas que são necessárias para a realização de pesquisas, estudos ou qualquer outra que diga respeito à formação do aluno, percebe-se que esse acesso costumeiramente é suprido pelos próprios professores que encaminham ou facilitam o acesso para o aluno com deficiência. Vale citar que esta postura não é padrão para todos os professores. Percebeu-se ainda que a Internet é o meio mais utilizado pelos alunos deficientes na busca de materiais e textos para estudo, os quais em sua grande maioria acusaram não utilizar as bibliotecas do Sistema de bibliotecas da UFPB com grande frequência, em especial, os que possuem necessidades especiais de comunicação. Constatou-se ainda a dificuldade de se ter acesso às informações contidas no site da UFPB.

Ressaltamos aqui a importância que o NEDESP desempenha na facilitação no acesso às informações técnico-científicas, principalmente na vida dos alunos com deficiência visual, quando esses alunos muitas vezes só podem ter acesso ao conteúdo dos materiais após a conversão do texto para formatos acessíveis.

Conclui-se que o acesso à informação é de suma importância para que os alunos possam tornar-se sujeitos críticos e exigentes para efetivação dos seus direitos como também para ter acesso ao conhecimento que lhes darão subsídios para galgar a tão sonhada formação.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola viva**: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2005.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 186**, de 09 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 ago. 2008. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/decreto186.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal[...]. [Brasília, DF: 2011]. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)>. Acesso em: 16 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 10 dez. 2015.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler e escrever**. São Paulo: Pulo do gato, 2011.

FERNANDES, Lorena Barolo; SHLESENER, Anita; MOSQUERA, Carlos. Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. **Revista do núcleo de estudos e pesquisas interdisciplinares em musicoterapia**, Curitiba, v. 2, p. 132-144, 2011.

GIL, Marta. **Acessibilidade, inclusão social e desenho universal**: tudo a ver. 2006. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/martagil.php>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. 2011. Disponível em: < [http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD\\_Historia.php](http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php)>. Acesso em: 15 abr. 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de gênero**: uma análise dos resultados do Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

LIMA, Izabel França de.; SANTOS, Raquel do Rosário; LLARENA, Rosilene Agapito da Silva. Informação: tecendo os fios dos conceitos. IN: DUARTE, Emeide Nóbrega; LLARENA, Rosilene Agapito da Silva; LIRA, Suzana de Lucena (Orgs.). **Da informação à**

**auditoria de conhecimento:** a base para a inteligência organizacional. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 13 - 43.

MCDONALD, Seonaidh. Studying actions in context: a qualitative shadowing method for organizational research. **Qualitative Research**, v. 5, n. 4, p. 455-473, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História oral**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral:** como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

UFPB. Superintendência de Tecnologia da informação. **Módulo aluno:** alunos deficientes/não deficientes na UFPB. 2016. Disponível em:

<<http://www.ufpb.br/ntiufpb/aplicacao/aplicacao.ufpb>>. Acesso em: 02 fev. 2016.